



PREFEITURA DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO Coordenadoria de Trabalho Social - CTS

Rua São Bento 405, 7º andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01010-000
Telefone: 3322-4614

Notificação

Ata da 6ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor de ZEIS 1 e 3 - Paraisópolis.

Aos 15 dias do mês de janeiro de 2026, realizou-se a 6ª Reunião Ordinária, e primeira reunião do ano de 2026, do Conselho Gestor, nas dependências da Subprefeitura, com a presença de representantes da sociedade civil, do poder público e convidados. A reunião teve início com uma saudação de Ano-Novo aos presentes. Na sequência, foi apresentado o cronograma das reuniões anuais e das capacitações previstas para o corrente ano, o qual foi impresso e disponibilizado aos conselheiros para acompanhamento. Ressaltou-se que o cronograma possui caráter orientativo e que as datas poderão sofrer alterações, sendo solicitado aos membros que acompanhem as atualizações por meio das mensagens no grupo e dos e-mails institucionais, a fim de evitar vinculação rígida às datas inicialmente propostas. Foi informado que o Diretor Ed, da SEHAB/DTS Sul, não pôde comparecer à reunião em razão de compromissos de agenda no gabinete, tendo comunicado previamente sua ausência. Registrou-se, contudo, que o Subprefeito de Campo Limpo participaria do encontro para uma breve fala e apresentação aos conselheiros. Quanto à representação da Subprefeitura do Campo Limpo no Conselho Gestor, foi mencionado que Daniela passaria a integrar o Conselho como membro titular, sendo destacada sua contribuição significativa no apoio à comunicação e no acompanhamento das questões regionais. Entretanto, em razão de um imprevisto, ela não pôde comparecer à presente reunião, ficando registrada a expectativa de sua participação na próxima reunião. Foi colocada em discussão a possibilidade de realização de uma reunião extraordinária antes do mês de março, considerando o intervalo até a próxima reunião ordinária e a existência de demandas e novidades em andamento. Esclareceu-se que, inicialmente, o cronograma seria mantido; contudo, caso surja alguma pauta urgente, poderá ser convocada reunião extraordinária do Conselho. Foi sugerido que, havendo necessidade, os conselheiros entrem em contato com Raquel (Gerenciadora Social), que ficará responsável por encaminhar a solicitação aos demais membros. Também foi esclarecido o fluxo para envio de pautas, que poderá ser realizado por e-mail ou conforme orientação a ser reforçada posteriormente. Na sequência, foi aberto espaço para apresentação dos presentes.

Márcia se apresentou como coordenadora de obras da Subprefeitura do Campo Limpo, responsável pelo acompanhamento de algumas demandas na região, esclarecendo que sua atuação não envolve responsabilidade direta pelas obras em execução no Córrego Antonico, mas sim o acompanhamento das demandas junto às lideranças locais e o atendimento ao município. Ressaltou a importância de deixar claro seu papel institucional no âmbito do Conselho. Eron, representante da

Prefeitura, informou que sua participação se dá, principalmente, para ouvir as demandas apresentadas pelos conselheiros, compreender as questões existentes e avaliar, dentro de suas atribuições, possíveis formas de colaboração. Carolina, representante da SEHAB, apresentou-se e informou que a realização da reunião nas dependências da Subprefeitura teve como objetivo promover maior aproximação entre a SEHAB, o Conselho Gestor e a Subprefeitura. Destacou-se o apoio de Márcia e Sheila na viabilização do espaço. Foi mencionado que, embora os conselheiros representantes da Subprefeitura não tenham conseguido participar nesta data, a intenção foi proporcionar o conhecimento do espaço físico e fortalecer o vínculo institucional entre os órgãos e os conselheiros. Dando continuidade à reunião, retomou-se a discussão acerca da periodicidade das reuniões do Conselho Gestor, esclarecendo-se que a definição foi deliberada no âmbito do Regimento Interno, conforme pactuado à época pelos conselheiros presentes. Foi lembrado que essa organização não possui caráter permanente ou imutável, podendo ser revista e alterada mediante diálogo e acordo entre os membros do Conselho. Ressaltou-se a importância de, primeiramente, organizar a estrutura e o funcionamento do Conselho, bem como estabelecer uma previsão das próximas reuniões, considerando que fatores como feriados, período de Carnaval ou demandas da Secretaria podem ocasionar alterações no calendário previamente definido. Reforçou-se, portanto, que as datas podem ser ajustadas conforme a necessidade, sendo essencial o diálogo e a pactuação coletiva. Foi informado que o Regimento Interno poderá ser novamente apresentado aos conselheiros para leitura, revisão e eventual discussão, reforçando-se que as decisões relacionadas ao funcionamento do Conselho foram construídas com os membros que participavam naquele momento, não significando que não possam ser atualizadas futuramente.

Na sequência, Elaine da SEHAB/Obras, solicitou a palavra para apresentação, informando ser arquiteta e estar presente representando a SEHAB/Obras. Destacou que, embora nem sempre todos os membros da equipe consigam participar das reuniões, há acompanhamento constante interno, sendo levados à gestão os direcionamentos discutidos no Conselho. Ressaltou a existência de parceria consolidada com a Subprefeitura e a importância da interlocução entre os diferentes órgãos que atuam no território. Destacou ainda que a Subprefeitura exerce papel central na gestão da região, enquanto a SEHAB atua em frentes específicas, como obras e ações habitacionais, reforçando que o objetivo do Conselho é, dentro do possível, compartilhar informações, aproximar as ações e fortalecer o diálogo no território. Foi mencionado que, além da coordenação de obras, há participação da área social e, eventualmente, da regularização fundiária, conforme a pauta e a disponibilidade. Ressaltou-se que, mesmo na ausência do Diretor (SEHAB/Obras) em algumas reuniões, as demandas e discussões são levadas ao conhecimento da gestão. Em seguida, foi aberto espaço para manifestações dos conselheiros da sociedade civil. Marcos fez uso da palavra, inicialmente agradecendo a Deus e registrando a celebração de seus 45 anos de vida na data da reunião. Apresentou-se como conselheiro do Conselho da Habitação, morador da comunidade, nascido e criado na região, representando o grupo "Tamo Junto Paraisópolis", além de participar de ações de articulação comunitária no território. Felipe também se apresentou, informando ser liderança comunitária, morador da região e representante da sociedade civil no Conselho. Vivian fez uso da palavra e se apresentou como representante da SMADS, da área de assistência social, vinculada ao território do Campo Limpo. Informou que atua como suplente no Conselho, representando o CRAS Vila Andrade, sendo o titular o supervisor da unidade. Destacou que acompanha o território e contribui com as discussões relacionadas às políticas de assistência social. Houve a apresentação dos demais participantes. Na sequência, foram prestados esclarecimentos técnicos sobre o andamento das obras de canalização do Córrego Antonico. Foi explicado que a execução ocorre de forma

faseada, considerando limitações técnicas, sociais e operacionais, não sendo possível atender a todas as demandas simultaneamente. Ressaltou-se que as fases foram organizadas por ruas, permitindo o avanço gradual das obras conforme planejamento prévio. Foi esclarecido que o ritmo da obra poderia, em tese, ser mais acelerado; contudo, existem entraves significativos relacionados a questões sociais e físicas. Destacou-se que, mesmo com atendimento habitacional previsto, cada família possui especificidades que exigem análise e acompanhamento individualizado. Explicou-se que, à medida que as remoções são viabilizadas, torna-se possível implantar a obra nos trechos correspondentes. Informou-se que há frentes de obra em andamento e que o avanço ocorre de forma gradual, considerando as limitações existentes, sendo inviável alcançar 100% de avanço imediato. Ressaltou-se que os atendimentos oferecidos pela Prefeitura estão definidos em lei, não sendo passíveis de alteração pontual, mesmo diante de demandas específicas. Foram mencionadas as modalidades de atendimento habitacional existentes, como indenização por benfeitorias e auxílio-aluguel, reconhecendo-se que tais alternativas estão aquém do ideal, sobretudo diante do déficit habitacional da cidade de São Paulo. Ainda assim, enfatizou-se o esforço contínuo da gestão em lidar com essas limitações, que impactam diretamente o andamento das obras. Destacou-se a importância do respeito e do diálogo com a comunidade, com tratamento caso a caso, considerando as particularidades de cada família, cuja análise cabe prioritariamente à equipe social. Informou-se que o objetivo é avançar gradualmente pelas fases, cumprindo os acordos estabelecidos, estando atualmente em organização para o início da Fase 4. Esclareceu-se ainda que a obra não pode ser paralisada em razão de questões contratuais e operacionais, sendo necessário manter frentes ativas, mesmo quando não é possível avançar em determinados trechos. Reforçou-se que estão sendo realizados esforços para garantir recursos e atendimentos necessários à continuidade da obra, conciliando as demandas das famílias com o andamento dos trabalhos. Foi aberto espaço para dúvidas relacionadas às informações da obra. Foi mencionada pelo Conselheiros Marcos, situação ocorrida no início da semana, próxima ao Setor 27, onde foram identificadas trincas em residências. Marcia informou que a Defesa Civil esteve no local e realizou orientações aos moradores, sendo indicada a verificação do contrato da obra e a análise técnica das condições das edificações afetadas. Dando continuidade à reunião, foram prestados esclarecimentos acerca de ocorrências recentes relacionadas a imóveis localizados no entorno da obra. Foi informado que as residências citadas se encontram a aproximadamente seis metros da frente de obra. Os moradores encaminharam vídeos e relataram que a Defesa Civil realizou vistoria no local. Conforme informado, as fissuras identificadas nas edificações não ultrapassam, aproximadamente, um metro, não havendo, até o momento, indicação de impacto direto decorrente da execução da obra. Esclareceu-se que o risco identificado possui caráter predominantemente estrutural, sendo objeto de análise técnica da engenharia, não estando diretamente relacionado à execução da obra em si. Ressaltou-se que a equipe técnica acompanha a situação, considerando aspectos de patologia das construções e as condições estruturais dos imóveis. Informou-se, ainda, que, conforme relatos recebidos, os moradores indicaram que as manifestações estruturais já existiam anteriormente, embora tenham sido percebidas com maior preocupação após o início das atividades da obra. Foi mencionado pelos conselheiros que não houve a elaboração de laudo específico de impacto de vizinhança no início da obra, tema que já havia sido questionado anteriormente, tendo sido informado, à época, que tal procedimento possui custo elevado. Contudo, destacou-se que o contrato da obra prevê diretrizes para acompanhamento de impactos, razão pela qual, na ausência de um laudo geral, optou-se pela realização de vistorias e acompanhamentos pontuais nas residências diretamente afetadas. Ficou registrado que, caso seja identificado qualquer dano

decorrente da obra, as devidas correções serão realizadas e, havendo atingimento às famílias, a equipe social será acionada para atendimento. Reforçou-se que a situação relatada ainda não chegou formalmente à diretoria responsável, mas que deverá ser encaminhada, considerando tratar-se de fato recente. Destacou-se a importância de os conselheiros compartilharem registros, fotos, vídeos ou relatórios que auxiliem na análise técnica e no acompanhamento das ocorrências. Orientou-se que, sempre que possível, seja solicitado o relatório formal da Defesa Civil, a fim de subsidiar medidas cautelares e técnicas adequadas. Também foi informado que haverá reunião interna com a diretoria da DTS e com a gerenciadora da obra para definição de estratégias de intervenção no Setor 31 – Fase 04, incluindo alinhamento entre as equipes técnicas e sociais. A expectativa é de que, na próxima semana, haja definição quanto às possíveis intervenções e ao cronograma, sendo que as informações serão posteriormente comunicadas ao Conselho Gestor. No que se refere à ocupação e a invasões em áreas já indenizadas ou desocupadas, esclareceu-se que, no Setor 31, as moradias indenizadas encontram-se congeladas, não havendo previsão de novas indenizações. Destacou-se que, em sua maioria, os imóveis estão sendo monitorados pelos próprios proprietários ou por pessoas por eles designadas, não havendo, até o momento, registro significativo de invasões, diferentemente do observado em outros setores. Ressaltou-se a necessidade de construção de estratégias conjuntas entre a Secretaria, lideranças comunitárias e demais órgãos para lidar com essas situações, evitando prejuízos ao andamento da obra. Em seguida, foi realizada atualização geral sobre os acontecimentos mais recentes relacionados às obras no território, referentes ao período inicial do ano, sendo aberto espaço para manifestações dos conselheiros. Foi questionado o andamento das áreas do Itapaiúna e do denominado “Estacionamento”. A Márcia, esclareceu que a área do Itapaiúna está sob responsabilidade da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, sendo este o órgão detentor da área, razão pela qual qualquer intervenção depende de manifestação formal daquela Secretaria. Foi sugerido e acordado que constará em ata a tentativa de solicitação de reunião com a Secretaria do Verde, para que esta possa prestar esclarecimentos e iniciar diálogo institucional sobre a área. Foi esclarecido que o parque linear previsto para a região se encontra em fase de licitação e deverá ocupar integralmente a área destinada ao projeto, destacando-se que o avanço do parque tende a ocorrer antes de qualquer nova remoção. Ressaltou-se a importância de não gerar expectativas indevidas na comunidade, especialmente em áreas que não são de competência direta da Prefeitura, como terrenos particulares. Esclareceu-se que, em casos de atraso, há distinção entre áreas particulares e áreas públicas. A Prefeitura atua apenas nas áreas de sua competência, como aquelas destinadas ao parque linear. As áreas particulares encontram-se submetidas a processos judiciais, não cabendo manifestação administrativa antecipada sobre desfechos, os quais dependem de decisão judicial. Foi questionado pelas lideranças que as áreas do Itapaiúna possuem processos distintos, embora relacionados territorialmente, e que ainda há número significativo de famílias que não receberam atendimento habitacional definitivo, estimando-se mais de cinquenta casos em análise, sem retorno conclusivo até o momento. Foi esclarecido que a equipe social da SEHAB realizou atendimentos no território, com acompanhamento da gestão e elaboração de relatórios técnicos que comprovam a execução das ações. Ressaltou-se que eventuais questionamentos quanto à conformidade dos atendimentos devem ser formalizados por meio de documentos e apresentação de evidências, para que possam ser analisados pelos setores jurídicos competentes da Prefeitura e da SEHAB. Por fim, registrou-se que, diante da ausência de respostas conclusivas para algumas famílias, o encaminhamento possível, no momento, é a intensificação das cobranças institucionais junto aos setores responsáveis, buscando retorno e definição, uma vez que os pagamentos e atendimentos somente podem ocorrer

conforme critérios legais e administrativos estabelecidos. Dando prosseguimento às discussões, esclareceu-se que, do total de pessoas cadastradas, 119 permanecem com atendimento ativo, sendo que, inicialmente, foram cadastradas 120 pessoas. Do universo total de 158 registros identificados em campo. Explicou-se que os levantamentos realizados pela equipe social ocorrem em etapas, não sendo o primeiro relatório automaticamente caracterizador de moradia. Inicialmente é elaborado o relatório de atendimento e levantamento em campo; posteriormente, o mapa setorial; e, por fim, o relatório de conformidade, que define quais situações são caracterizadas como moradia para fins de atendimento habitacional. Ressaltou-se a importância do diálogo com a equipe responsável por esse levantamento de confirmação, para melhor compreensão dos critérios adotados. Foi mencionado que, durante o levantamento, surgiram situações atípicas, como registros relacionados a imóveis de uso institucional, a exemplo de igrejas, nos quais não havia caracterização de moradia, o que dificulta a inclusão no atendimento habitacional. No que se refere à área do Itapaiúna, manifestou-se estranheza quanto ao fato de a Secretaria do Verde ter solicitado recursos para elaboração de projeto e acionado a SEHAB para realização de cadastramento, sem que tenha sido apresentado, até o momento, um plano habitacional claro para as famílias removidas, que foram direcionadas apenas ao auxílio aluguel. Destacou-se que tal situação será objeto de questionamento formal junto à Secretaria do Verde, reforçando-se a necessidade de transparência e auditoria das ações realizadas. Foi registrado que, em intervenções recentes, parte das estruturas precárias foi removida sem que houvesse clareza quanto à destinação das famílias, inclusive havendo dúvidas quanto à delimitação exata das áreas de competência do parque linear. Diante disso, reforçou-se a necessidade de reunião específica com a Secretaria do Verde, considerada a instância adequada para prestar esclarecimentos técnicos e institucionais sobre a condução da pasta. Foi ressaltado que o tema foi trazido à reunião justamente para possibilitar a formalização dos encaminhamentos corretos e evitar interpretações equivocadas ou desgaste entre os envolvidos. Destacou-se que as lideranças comunitárias têm buscado informações e acompanhamento, mesmo diante de limitações de acesso a dados técnicos e jurídicos. Na sequência, houve manifestação crítica de conselheira quanto à política habitacional no município, especialmente em relação ao elevado número de famílias em auxílio aluguel, estimado em aproximadamente 4.000, e às dificuldades enfrentadas nos processos de reassentamento definitivo. Foram relatadas situações em que famílias se sentem pressionadas a assinar documentos sob a alegação de que, caso não o façam, perderão posição na fila de atendimento, o que gera insegurança e insatisfação. Foi mencionado o empreendimento da Raposo Tavares, que teria previsão de entrega para outubro do ano anterior, mas que, até o momento, não recebeu as famílias indicadas.

Também foram citados outros empreendimentos em diferentes regiões da cidade, cuja execução e entrega seguem em ritmos distintos, gerando questionamentos por parte da população quanto à equidade e à confiabilidade das informações divulgadas. Em resposta, esclareceu-se que o Programa Pode Entrar constitui um direito das famílias que aguardam atendimento há anos, sendo obrigação do poder público ofertar as unidades disponíveis, independentemente da localização, cabendo às famílias a decisão quanto à aceitação. Informou-se que as famílias vêm participando das reuniões preparatórias e que há empreendimentos em estágio avançado de execução, ainda que alguns enfrentem entraves de ordem contratual, cartorial ou técnica. Esclareceu-se que o trabalho social antecede a entrega das unidades e segue diretrizes estabelecidas por normativas e portarias federais, sendo imprescindível para preparar as famílias para a mudança, a gestão condominial e os novos custos e responsabilidades. Reconheceu-se que o processo é exaustivo, sobretudo para famílias que trabalham durante o dia, mas ressaltou se tratar-se de

etapa necessária para a efetivação da política habitacional. No que se refere ao empreendimento MIX Morumbi, informou-se que as demandas sociais já foram atendidas no âmbito da política habitacional, restando pendências de natureza técnica e administrativa para a entrega das unidades. Destacou-se que o atraso não decorre da atuação da equipe social, mas de trâmites relacionados à obra e a registros cartoriais. Informou-se, ainda, que há expectativa de avanços nas próximas semanas, com possibilidade de definição de novas datas. Foi relatado que, apesar das reuniões realizadas no canteiro de obras, persistem dúvidas e cobranças por parte das famílias, especialmente em razão de prorrogações sucessivas de prazos, o que impacta contratos de aluguel, organização familiar e a rotina escolar das crianças. Ressaltou-se que as lideranças comunitárias têm sido constantemente cobradas e que repassam às famílias as informações recebidas do poder público, ainda que estas nem sempre sejam definitivas. Por fim, reafirmou-se que as reuniões preparatórias não são realizadas de forma arbitrária, mas em cumprimento às exigências legais e técnicas do trabalho social, sendo parte integrante do processo de entrega da moradia. Informou-se que, conforme sinalizações recentes, há expectativa de definição mais concreta nas próximas semanas, comprometendo-se a equipe a manter os conselheiros informados, inclusive por meio dos canais de comunicação já estabelecidos. É importante deixar registrado que todas as informações repassadas devem ser tratadas como previsões e encaminhamentos preliminares, conforme informado pela Secretaria, com o objetivo de evitar a criação de expectativas definitivas e eventuais cobranças indevidas por parte da comunidade. À medida que novos dados forem confirmados, estes deverão ser comunicados de forma transparente. Foram apontadas situações urgentes que demandam atenção imediata, como o acúmulo de lixo e entulho em calçadas e áreas de passagem, que atualmente se configuram como pontos críticos de risco. Ressaltou-se a necessidade de fortalecimento e respeito ao Conselho Gestor, considerando que um grupo reduzido de lideranças não pode representar, de forma isolada, uma população estimada em aproximadamente 100 mil habitantes. Destacou-se que a comunidade possui múltiplas formas de liderança — religiosa, social, territorial e cultural — todas legítimas e que devem ser consideradas. Reforçou-se a importância do respeito à democracia e, sobretudo, às pessoas eleitas pela sociedade civil. No âmbito habitacional, destacou-se a necessidade de reflexão sobre justiça social, questionando-se, por exemplo, a disparidade entre benefícios concedidos a moradores antigos, com famílias numerosas, em comparação a valores mais elevados destinados a pessoas solteiras removidas recentemente. Também foi ressaltada a importância de avaliar se os imóveis ofertados fora da comunidade, muitas vezes com metragem reduzida, representam efetiva melhoria na qualidade de vida em relação às moradias atuais. Quanto à denominada “consulta pública”, referente ao projeto de Reurbanização de Paraisópolis enfatizou-se que a participação popular não pode se restringir a plataformas digitais, considerando que parcela significativa da população não possui acesso adequado à internet, a dispositivos eletrônicos ou ao letramento digital. Reafirmou-se que a verdadeira consulta pública ocorre de forma presencial, por meio de reuniões comunitárias e escuta ativa, prática historicamente adotada em Paraisópolis. Foi apontado que a tentativa de realizar a consulta em prazo exíguo, com base em informações desatualizadas, não reflete a realidade local. Em razão disso, diversas entidades encontram-se mobilizadas para solicitar o adiamento do processo, a fim de viabilizar debates efetivos com a comunidade e eventuais ajustes no projeto, conforme as necessidades atuais do território. Também foram destacadas demandas urgentes na área da saúde, ressaltando-se a necessidade de atendimento especializado dentro do próprio território, especialmente para crianças com deficiência, transtornos do espectro autista e outras condições que dificultam o deslocamento para regiões distantes. A descentralização dos serviços foi apontada como questão de dignidade

e cuidado social. Reforçou-se que o poder público possui obrigações legais estabelecidas pelo Ministério Público, especialmente no que se refere às áreas de uso comum, como calçadas e passagens públicas. Contudo, foi enfatizado que nenhuma política pública será eficaz sem o envolvimento da sociedade civil, sendo imprescindível a atuação conjunta em ações de zeladoria urbana, conscientização e corresponsabilidade dos moradores. Destacou-se que o diálogo entre o poder público e a comunidade deve ser permanente, transparente e fundamentado na realidade vivenciada cotidianamente pelos moradores de Paraisópolis. Ao analisar os impactos das chuvas recentes, esclareceu-se que os problemas não se restringem a um território específico, uma vez que Campo Limpo, Paraisópolis e regiões do entorno sofrem impactos de forma integrada. Registrou-se que, apenas no dia anterior, foram identificados sete pontos de alagamento, informação que deverá ser formalmente apresentada ao Prefeito e aos Secretários competentes. Ressaltou-se a importância de diferenciar alagamentos permanentes de acúmulos momentâneos decorrentes de grande volume de chuvas. Foi relatado que, em episódio recente, houve precipitação intensa por cerca de 40 minutos, com elevação do nível da água em aproximadamente 1,5 metro, seguida de escoamento no mesmo intervalo de tempo, demonstrando funcionamento do sistema de micro drenagem, ainda que submetido a forte pressão. Identificou-se como principal problema o deslocamento de lixo das áreas mais altas para as regiões mais baixas, especialmente vielas e trechos da Avenida Hebe Camargo, historicamente afetados por alagamentos severos. Recordou-se que, em episódios anteriores, houve situações extremas que impediram o acesso à comunidade, com retenção de equipes por horas devido ao acúmulo de resíduos e água. Foi destacado que, graças ao trabalho conjunto realizado nos últimos anos, houve avanços significativos, sendo a situação atual consideravelmente melhor do que no passado. Contudo, observam-se novos focos de descarte irregular, sobretudo em áreas de estacionamento e terrenos em obra, onde moradores e terceiros se aproveitam de espaços sem uso imediato para descarte de resíduos, ampliando os riscos. Esclareceu-se que determinadas áreas possuem obras já licitadas, com recursos assegurados, aguardando apenas a formalização contratual. Nesse período, a Prefeitura enfrenta limitações legais para intervir diretamente, inclusive para limpeza, uma vez que a responsabilidade passa a ser da empresa contratada, não se tratando, portanto, de omissão, mas de trâmites administrativos em curso. Ressaltou-se que a Subprefeitura não pode deliberar isoladamente sobre essas áreas, dada a competência compartilhada com a SEHAB e demais órgãos envolvidos. Foi apontado, ainda, o uso indevido de áreas públicas, com descarte proposital de lixo e atos de vandalismo, caracterizando crimes ambientais e urbanos. Informou-se que há registros em vídeo e denúncias que serão encaminhadas às autoridades competentes, considerando os impactos diretos sobre escolas, equipamentos públicos e moradores do entorno. Diante desse cenário, defendeu-se a necessidade de ações conjuntas entre poder público e comunidade, incluindo campanhas educativas, sinalização adequada, faixas de conscientização e mutirões com participação das áreas de zeladoria urbana, saúde, educação ambiental e lideranças locais, considerando que o risco de deslizamentos é real, especialmente após chuvas intensas.

Reforçou-se a importância da escuta ativa dos moradores, destacando-se que decisões sobre o território não devem ser tomadas exclusivamente por quem não reside nele. Relatos sobre problemas habitacionais, indenizações insuficientes e dificuldades de reassentamento devem ser encaminhados às secretarias competentes, conforme já ocorrido em algumas situações. No campo da saúde, reiterou-se a preocupação com o atendimento local e a necessidade de respostas céleres às demandas da população, ressaltando-se que a articulação entre secretarias é essencial para garantir encaminhamentos eficazes. Quanto aos recursos hídricos, esclareceu-se que, apesar da existência de nascentes na região, a

captação direta por poços é proibida por legislação federal e estadual, em razão do alto risco de contaminação do solo e da água, cabendo ao poder público garantir abastecimento seguro à população. No tocante à consulta pública em andamento, foi registrada forte preocupação com o prazo reduzido, a divulgação insuficiente e a presença de informações desatualizadas ou imprecisas nos documentos apresentados. Informou-se que está sendo elaborada carta solicitando: 1. Esclarecimentos complementares; 2. Instrumentos participativos adicionais, presenciais e territorializados; 3. Ampliação do prazo da consulta pública. Ressaltou-se o entendimento de que a consulta deve ser inicial, voltada à compreensão das demandas reais da população antes da consolidação de qualquer projeto, considerando a dinâmica própria, o crescimento acelerado e as necessidades específicas de Paraisópolis. Foi enfatizado que, embora conselhos, associações e entidades possuam legitimidade para representar milhares de moradores, isso não substitui a escuta direta da população. Registrou-se que há temas sensíveis ainda em debate, como mobilidade, infraestrutura, equipamentos públicos e propostas de transporte, incluindo discussões sobre metrô e monotrilho, que não devem ser concluídos neste momento, devendo permanecer em análise para aprofundamento posterior.

Foi esclarecido que, em projetos anteriores relacionados ao metrô, a proposta inicial previa execução subterrânea, o que implicaria impactos significativamente maiores, em razão das interferências em redes elétricas, infraestrutura existente e da complexidade técnica do território. Destacou-se que todas as contribuições registradas na consulta pública devem ser consideradas oficialmente, mesmo quando oriundas de um único participante. Assim, enfatizou-se a importância de que associações, entidades e conselhos se organizem coletivamente para elaboração de documentos, propostas e questionamentos formais, especialmente no que se refere à estação e às intervenções previstas. Sugeriu-se que as entidades intensifiquem o envio de contribuições dentro do prazo vigente, adotando, simultaneamente, duas estratégias: 1. Participar ativamente da consulta pública no prazo atual; 2. Pleitear oficialmente a ampliação do prazo e a criação de novos instrumentos participativos. Foi informado que há determinação do Prefeito para que todas as contribuições recebidas sejam sistematizadas e respondidas tecnicamente, de modo que quanto maior o número de manifestações formais, maior será a obrigação do poder público em apresentar respostas e reabrir o debate. Ressaltou-se que, embora as entidades possuam objetivos distintos, o tema central é Paraisópolis, devendo cada organização contribuir a partir de sua realidade territorial, fortalecendo o posicionamento coletivo e a capacidade de fiscalização da população. Pontuou-se que se trata de projeto complexo, composto por diversas fases e sujeito a alterações ao longo do processo. Embora haja intenção de avançar com celeridade, tal objetivo não elimina a necessidade de diálogo contínuo e escuta qualificada da comunidade. No âmbito da saúde, esclareceu-se que está previsto um complexo de saúde, com possível atualização da nomenclatura e ampliação de serviços, incluindo especialidades, conforme já debatido em reuniões técnicas. Reforçou-se que os conselheiros da sociedade civil também desempenham papel ativo na divulgação e estímulo à participação popular, sendo citadas ações já realizadas, como plantões presenciais para apoio aos moradores no preenchimento da consulta pública, inclusive com uso de dispositivos pessoais. Recomendou-se a participação dos conselheiros e lideranças nas reuniões presenciais promovidas pelos órgãos responsáveis, destacando-se o interesse manifestado pelo Prefeito em ouvir diretamente a população e suas representações. Na área de zeladoria urbana, foi apresentada sugestão para fortalecimento do programa “Cata Bagulho”, considerando os hábitos locais e os horários mais adequados para a coleta. Ressaltou-se que a simples oferta do serviço é insuficiente, sendo necessária estratégia contínua de educação e reeducação ambiental, aliada à conscientização

de que o descarte irregular configura crime. Destacou-se que determinadas lideranças comunitárias exercem influência significativa no território, sendo fundamental que o diálogo ocorra diretamente nos locais onde os problemas se manifestam, respeitando as dinâmicas internas de cada quadra e setor. Reforçou-se a necessidade de apoio da população para evitar situações de risco, especialmente em períodos de chuvas intensas, quando o descarte irregular pode ocasionar enchentes, deslizamentos e até óbitos, ressaltando-se que a atuação do poder público depende também da corresponsabilidade da sociedade civil. Foi solicitado que conste em ata a informação de que a Subprefeitura mantém atendimento de portas abertas às quartas-feiras, das 14h às 17h, mediante abertura de protocolo pelo canal 156, ressaltando-se que nenhum atendimento é realizado sem registro formal. Destacou-se, ainda, a importância de aprimorar a organização documental do Conselho Gestor, com envio de materiais por e-mail e/ou disponibilização em pasta compartilhada, garantindo acesso às atas, documentos e comunicados, bem como o cumprimento do prazo de convocação previsto no Regimento Interno, de dez dias. Por fim, foi ressaltado que, apesar das divergências políticas existentes, reconhece-se que nunca houve, na história recente do município, volume tão expressivo de produção habitacional quanto o atual, ainda que parte dos projetos esteja em fase de execução. Registrou-se que muitos avanços ainda se encontram no papel, mas há expectativa concreta de implementação, desde que acompanhados e fiscalizados pela comunidade e por suas representações. Nada mais havendo a tratar, foram reforçados os encaminhamentos realizados ao longo da reunião, bem como a importância da continuidade do diálogo entre o poder público, a sociedade civil e as lideranças comunitárias, visando ao acompanhamento das ações no território e ao fortalecimento do Conselho Gestor enquanto instância legítima de participação social. Ficou registrado o compromisso de manter os conselheiros informados sobre os desdobramentos das pautas discutidas, por meio dos canais oficiais de comunicação, bem como de dar retorno sobre as demandas encaminhadas às secretarias e órgãos competentes, à medida que houver definições. A reunião foi encerrada, ficando a presente ata lavrada na forma de minuta, sujeita à apreciação, ajustes e aprovação pelos membros do Conselho Gestor em reunião posterior.



Denise Vitoria Brito Mesquita Santos
Coordenador(a) II

Em 05/03/2026, às 16:39.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **152219732** e o código CRC **5E26E3B6**.
